RELATÓRIO ESPECIAL

Eleições en 2015: Mudança de ciclos econômico e político na América Latina

Madri, janeiro 2015

d+i LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO
2. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2015
3. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2015
4. AS ELEIÇÕES LOCAIS
5. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

2015 vai ser um ano só aparentemente menos intenso eleitoralmente que 2014. No ano passado houve sete eleições presidenciais que cobriram uma boa parte da América Central (El Salvador, Costa Rica e Panamá) e da América do Sul (Colômbia, Brasil, Bolívia e Uruguai). Em 2015 só haverá dois pleitos presidenciais (Guatemala e Argentina), mas por outro lado acontecerão três eleições legislativas onde há muito em jogo: El Salvador, México e Venezuela.

Haverá, além disso, eleições locais em Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia e Colômbia. E dois países começarão a viver um período claramente pré-eleitoral: são os casos de Peru e República Dominicana.

Com isso, o quadro eleitoral para 2015 fica da seguinte maneira:

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	
Guatemala	11 de setembro
Argentina	25 de outubro
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS	
El Salvador	1 de março
México	7 de junho
Venezuela	Final de novembro
ELEIÇÕES LOCAIS	
El Salvador	1 de março
Bolivia	29 de março
Uruguai	10 de maio
Paraguai	24 de maio
Colômbia	25 de outubro

Fonte: elaboração própria

Nas páginas seguintes, será analisado como se apresentam estas eleições e quais elementos de continuidade e mudança existem em relação a 2014. Nesse sentido, o ano que recentemente acabou se caracterizou pelo triunfo dos partidos que estavam no poder em 5 dos 7 casos (Brasil, El Salvador, Colômbia, Bolívia e Uruguai) e pela confirmação do predomínio de determinadas forças ou lideranças em forma de reeleição de líderes (Juan Manuel Santos na Colômbia, Evo Morales na Bolívia e Dilma Rousseff no Brasil) ou partidos (Frente Ampla no Uruguai e FMLN em El Salvador).

"Em 2015 é muito possível que a característica comum sejam as mudanças políticas, mais do que a continuidade"

Pelo contrário, em 2015 é muito possível que a característica comum sejam as mudanças políticas, mais do que a continuidade. Serão eleições que ocorrerão dentro de uma mudança de ciclo econômico marcado pelo arrefecimento, a volatilidade, a desvalorização das moedas locais frente ao dólar e a queda do preço das commodities —não só do petróleo, mas também do cobre, do gás e da soja—. Isso causará, por sua vez, menores receitas e capacidade de financiamento dos Estados, e cortes dos gastos públicos que provocarão um aumento do mal-estar e, possivelmente, um voto de castigo para os partidos no governo.

2. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2015

Efetivamente, tanto na Guatemala como na Argentina as oposições contam com muitas chances de ganhar, embora por sua vez os partidos governistas continuem contando com possibilidades de se manter no poder.

Na Guatemala, a história aprova essa alternativa de mudança porque, desde 1990, nunca repetiu uma vitória em eleições um partido que ocupasse a presidência neste país centro-americano: a Democracia Cristã chegou ao poder em 1986 com Vinicio Cerezo e em 1990 nem sequer disputou o segundo turno, que acabou sendo vencido pelo MAS, de Jorge Serrano Elías. Em 1996, chegou à presidência Álvaro Arzú do PAN, partido que em 1999 foi, por sua vez, derrotado pelo FRG de Álvaro Portillo.

Em 2003, a FRG, com Efraín Ríos Montt como presidenciável, acabou em terceiro, e a presidência foi disputada por Óscar Berger (GANA) —vencedor final— e Álvaro Colom (UNE). Quatro anos depois, Colom se tornou presidente ao vencer no segundo turno Otto Pérez Molina, que, por sua vez, triunfou no pleito de 2011.

ALTERNATIVAS GOVERNO-OPOSIÇÃO NA GUATEMALA

1990	MAS vence UCN, segundo partido mais votado em 1985.	A DC no poder em 1986 nem sequer disputa o segundo turno.
1995	PAN vence FRG.	UCN - segundo mais votado em 1990 - e a DC -terceira com mais votos em 1990 - formaram uma coalizão e acabaram em terceiro.
1999	Vence a FRG, segundo partido mais votado em 1995.	O oficialista PAN, no poder entre 1996-2000, é derrotado no segundo turno.
2003	Vitória do GANA sobre a UNE	A FRG, no poder em 2000-2004, acaba como terceiro mais votado e não disputa o segundo turno
2007	UNE derrota o Partido Patriota	GANA, no poder em 2004-2008, é a terceira força mais votada e não disputa o segundo turno.
2011	Partido Patriota se impõe no segundo turno ao LIDER	A UNE, no poder desde 2008, nem sequer apresenta candidato.

Fonte: elaboração própria

Agora, o Partido Patriota (PP) de Pérez Molina deseja quebrar essa maldição que persegue os partidos governistas. Como não há reeleição na Guatemala, todas as cartas do PP estão postas no ex-ministro de Comunicações do atual presidente, Alejandro Sinibaldi.

O problema do Partido Patriota é que chega muito desgastado a este pleito: não solucionou o principal problema do país (a insegurança), que foi sua bandeira eleitoral em 2011 (a mão de ferro). Além disso, a economia segue crescendo muito lentamente e, como se fosse pouco, o presidente, Pérez Molina, se viu em uma disputa com a elite empresarial. Neste último ano houve uma clara deterioração na gestão do governo: este teve um acirrado confronto com a organização patronal por causa da alta de impostos e, tanto o presidente Otto Pérez Molina como o candidato de seu partido se viram vinculados ao escândalo brasileiro da Petrobras: a conhecida "Operação Lava Jato", realizada pela Polícia Federal brasileira para investigar o envolvimento ex-diretores da Petrobras por terem recebido subornos para contratar determinadas empresas para construir obras de infraestrutura.

Segundo uma publicação do jornal Valor Econômico, de São Paulo, os investigadores encontraram no escritório do diretor da construtora OAS, José Aldemario Pinheiro Filho, um manuscrito no qual são citados Sinibaldi e o presidente Otto Pérez Molina. O jornal apontou que os detetives acreditam que o documento sugere que a companhia destinou US$ 1 milhão para a campanha presidencial de Sinibaldi por meio do assessor político espanhol Antonio Solá. "20xUS$50,000" anotou supostamente Pinheiro.

Além disso, o governo tem o desafio de conter o discurso de claro tom populista de Manuel Baldizón. As características que Flavia Freidenberg (acadêmica especialista neste tipo de fenômenos políticos) assinala sobre o populismo ("uma liderança personalista e paternalista") se dão plenamente em Baldizón.

"Governo tem o desafio de conter o discurso de claro tom populista de Manuel Baldizón"

Seu partido, Liberdade Democrática Renovada, o Líder, gira em torno de sua figura, e seus gestos buscam ganhar o favor popular. Por exemplo, atraindo para sua legenda figuras do mundo do futebol. O atacante do DC United dos Estados Unidos, Carlos "El Pescado" Ruiz e o goleiro do clube Comunicaciones, Juan José Paredes, são as novas contratações da formação de oposição.

Baldizón carece de uma ideologia definida, o que explica que esteja buscando cooptar a direita, aliando-se com partidos como Coração Nova Nação ("CNN"). Como explica o acadêmico Pedro Trujillo, "o Líder precisa se expandir rumo à centro-direita para conseguir votos urbanos, onde é extremamente deficitário, e esse pode ser o fim complementar do "CNN". Sob a bênção de militares de uniforme e liderados pelo tenente-coronel Otto Bernal, podem ser conseguidos votos —deputados— transferíveis posteriormente ao Líder —como eles saíram da UNE— ou poderia ser a nave-mãe do plano "B" de don Manuel".

Manuel Baldizón, que aparecia em 2011 em seus comícios com a Bíblia em uma mão e a constituição na outra, apela diretamente aos instintos mais simples do povo. "É um demagogo e um homem perigoso para a democracia, inclusive mais perigoso que Alfonso Portillo. É a soma de todos os vícios e tudo que há de mais negativo que chegou a se entender como política na Guatemala", disse à revista Crónica Marco Antonio Barahona, diretor do Instituto Centro-Americano de Estudos Políticos (Incep).

Baldizón, que foi derrotado por Pérez Molina em 2011, deseja cumprir uma regra não escrita nas eleições guatemaltecas: quem fica em segundo nas eleições, consegue ganhar na próxima. Aconteceu com Álvaro Portillo em 1995 (foi segundo naquele ano e ganhou em 1999), com Óscar Berger (segundo em 1999 e ganhador em 2003), Álvaro Colom (segundo em 2003 e ganhador em 2007) e Otto Pérez Molina (segundo mais apoiado em 2007 e vencedor em 2011).

Baldizón parte como favorito, mas dentro de uma situação muito volátil e fragmentada, já que também aspiram passar ao segundo turno outros candidatos como Sandra Torres, a ex-esposa de Álvaro Colom e que tentou se tornar candidata presidencial há quatro anos.

"Baldizón parte como favorito, mas dentro de uma situação muito volátil e fragmentada, já que também aspiram passar ao segundo turno outros candidatos"

Todas estas razões (o desgaste do governo do Partido Patriota, o discurso populista de Baldizón e essa história que privilegia a mudança sobre a continuidade no país centro-americano) induzem a pensar que a Guatemala desponta como um país onde pode acontecer uma mudança política em 2015.

Argentina, kirchnerismo vs anti-kirchnerismo

Batalha na Argentina está também muito aberta, como na Guatemala.

Começando porque o Governo ainda não tem candidato oficial. O favorito é o governador de Buenos Aires, Daniel Scioli, que é o menos kirchnerista dos pré-candidatos dessa parte do espectro político. Cristina Kirchner, que ainda não se inclinou por nenhum candidato —tentando preservar sua parcela de poder e influência—, é possível que veja com maior agrado outras figuras kirchneristas como seu ministro Florencio Randazzo. Sua decisão final será dada ao candidato que lhe garanta, ao mesmo tempo, conservar mais poder e influência e conseguir bons resultados nas eleições de 2015.

O leque opositor antikirchnerista é muito amplo e se encontra muito fragmentado, em pelo menos três grupos:

Fonte: Revista Crónica

"A campanha vai estar marcada pela crise econômica que afeta o país, pelos problemas financeiros surgidos por causa do conflito com os fundos abutre e pela insegurança"

- Por um lado se situa o peronismo antikirchnerista em torno de Sergio Massa.

- Por outro lado, está a centro-direita não peronista que segue o prefeito de Buenos Aires, Mauricio Macri.

- E, por último, a grande coalizão entre a UCR e a esquerda (especialmente os socialistas) que está muito dividida internamente (entre partidários e opositores de pactuar com Macri, por exemplo) e com muitos possíveis candidatos presidenciais (Julio Cobos, Hermes Binner, Ernesto Sanz).

A aliança entre a UCR, o Partido Socialista e vários grupos de esquerda e centro —a UNEN— atravessa um difícil momento após a saída de Elisa Carrió da coalizão. Os radicais e os socialistas (Hermes Binner) apostaram em manter a unidade e rejeitaram a proposta de Carrió de se aliar a Mauricio Macri. A UCR preferiu uma coalizão antikirchnerista reduzida (socialistas e radicais) ao formar uma ampla coalizão que englobe desde a direita (Macri) até a esquerda.

Por enquanto, as pesquisas situam Scioli como o candidato com mais intenções de voto (em torno de 25%), seguido por Massa (com 20%) e Macri como terceiro, mas em progressão ascendente (15-18%). Scioli tem uma desvantagem muito grande: não tem o apoio sincero do kirchnerismo e a situação econômica (inflação e queda do PIB) atenta contra seus desejos de encarnar a continuidade com mudança, que é o que o governador de Buenos Aires propõe. A campanha vai estar marcada pela crise econômica que afeta o país, pelos problemas financeiros surgidos por causa do conflito com os fundos abutre e pela insegurança, um dos problemas que mais afetam a população.

Como aponta o analista político argentino Carlos Pagni, "se a deterioração produtiva enfraquecer essa adesão (Cristina Kirchner), quem sairia em vantagem seria Massa. A chefe de campanha de Massa é a recessão. Para as camadas médias, alheias ao peronismo, a figura de Massa é suspeita. Esse público aplaudiu este dirigente no ano passado, quando apareceu como o carrasco do kirchnerismo. Mas, desde então, se agregaram à oferta o Pro de Macri e a FA-Unen, que representam uma ruptura maior com o governo. Quando os eleitores lhe comparam com essas duas propostas, no peronista Massa começam a se sobressair alguns traços familiares com o kirchnerismo".

PMas esse não é o único problema de Massa. Pagni acrescenta que "a esta dificuldade para conquistar o universo não peronista, Massa acrescenta a falta de desenvolvimento territorial além da província de Buenos Aires. Ele tenta resolver esse duplo desafio buscando aliados no radicalismo de várias províncias governadas pelo peronismo; mas essa aproximação é insuficiente. O sucesso de Massa pode depender de uma deterioração socioeconômica mais profunda. Se aumentassem os desencantados pela queda do salário ou a perda do emprego, ele estaria mais preparado que

"Argentina está mais perto do pós-kirchnerismo do que do continuísmo kirchnerista"

outros candidatos para seduzí-los. De modo que o peronismo está dividido entre a Frente para a Vitória, cujo principal candidato é Scioli, e a Frente Renovadora, liderada por Massa, que funcionam como vasos comunicantes regulados pelo nível de recessão. O que acontece com a oferta não peronista? Macri e seu partido, Pro, dominam a cidade de Buenos Aires, mas carecem de desenvolvimento no resto do país, como ocorre com Massa. Por outro lado, a FA-Unen controla Santa Fé, onde governa o socialismo, e conta com a estrutura territorial da UCR, que a torna competitiva em outras províncias. No entanto, a FA-Unen carece de um candidato promissor. Sanz, Cobos e Binner ainda não conseguem despontar".

A Argentina se encaminha em 2015 para eleições presidenciais muito concorridas e nas quais, por enquanto, três pré-candidatos despontam como favoritos a ir ao segundo turno. Sergio Massa e Daniel Scioli pareciam ser os únicos destinados a lutar pela presidência até meados de 2014, mas agora Mauricio Macri se uniu com muita força a essa dupla. Os três estão em virtual empate técnico e, segundo a pesquisa, Massa e Scioli se alternam na liderança. O que todas apontam, de forma coincidente, é o crescimento de Macri.

Além disso, Massa e Macri tentam conquistar o apoio da UCR, que é um partido sem grandes líderes, muito fragmentado e atomizado, mas que continua sendo uma força com uma grande estrutura de alcance nacional. Massa pode crescer como a opção mais viável para derrotar o kirchnerismo, apelando ao voto útil. E é isso o que mais temia a própria Carrió quando propunha a aliança UNEN-macrismo: que sem o apoio da UCR a Macri, Massa, que possui mais estrutura e apoios territoriais, acabe disputando o segundo turno com Daniel Scioli.

O que parece seguro, como adverte o analista Fernando Laborda no jornal La Nación, é que a Argentina está mais perto do pós-kirchnerismo do que do continuísmo kirchnerista: "Com menos de um ano de mandato pela frente, a atual Presidente carece de incentivos para fazer grandes retificações econômicas. Os custos políticos e sociais de qualquer ajuste seriam imediatos, tanto que os supostos lucros seriam desfrutados pelo próximo governo nacional. A política domina a economia, e o projeto de poder do kirchnerismo fica acima de qualquer projeto de país para médio ou longo prazo. Nesse contexto, ninguém pensa que Cristina Kirchner vá limpar o terreno para um futuro presidente que dificilmente será de seu próprio ramo, nem sequer o potencial postulante presidencial da Frente para a Victoria, Daniel Scioli. É possível conjecturar que a transição entre a atual chefe do Estado e seu sucessor se assemelhará bastante com a que aconteceu lá por 1999 entre Carlos Menem e Fernando de la Rúa. A recessão, com sua sequela de desemprego e o atraso cambial, são duas características comuns dessas transições".

"Tudo indica que estas eleições vão confirmar a polarização política que caracteriza o país centro-americano desde o final da guerra civil no início dos anos 90"

3. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2015

Três países realizam em 2015 eleições legislativas que, por sua importância política, podem ter consequências futuras para a governabilidade das nações envolvidas: El Salvador, México e Venezuela.

Polarização continua em El Salvador

No país centro-americano, a disputa vai ocorer em 1º de março de novo entre o partido oficial, a FMLN, e a Arena. Será um bom teste para comprovar se vai se manter a forte polarização que existiu nas eleições presidenciais, onde o candidato ganhador (Salvador Sánchez Cerén, da FMLN) se impôs por apenas 6 mil votos ao opositor Norman Quijano, da centro-direitista Arena.

Apesar de ser certo que as eleições legislativas e as municipais que ocorrerão de forma paralela possuem uma natureza diferente das presidenciais, ambas as legendas assumiram este pleito como um teste: a centro-direitista Arena para constatar seu avanço, e a FMLN para ratificar seu favoritismo.

E o certo é que o tom nas urnas é de equilíbrio. Segundo uma pesquisa da LPG dados, a FMLN teria uma vantagem de apenas 0,3% para deputados e de 2,1% para prefeitos em nível nacional, em relação à Arena. O partido de esquerda obteria 29,2% de preferências para deputados, contra 28.9% da Arena. Quanto às prefeituras, o partido governista obteria 30,4%, contra 28,3% para a legenda opositora. Para a Prefeitura de San Salvador, o FMLN segue à frente com 38,3%. Já a Arena obteria 30,7% dos votos.

Estes dados confirmam a polarização (FMLN vs Arena) que o país vive, já que a força que pretende se transformar na terceira do sistema de partidos salvadorenho, GANA, só obteria 4,8% de intenções de voto.

No entanto, outra pesquisa (do Instituto Universitário de Opinião Pública (IUDOP), da Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas (UCA), também de dezembro, assinala que a Arena tem vantagem sobre a FMLN em intenções de voto para as eleições legislativas de 2015. 30.8% das pessoas entrevistadas disseram que votarão na Arena nas eleições para deputados, e 29.8% na FMLN. No caso dos pleitos municipais, 30.8% indicaram que optariam pela antiga guerrilha, 29.7% pela Arena e 4.9% pelo GANA.

Assim, tudo indica que estas eleições vão confirmar a polarização política que caracteriza o país centro-americano desde o final da guerra civil no início dos anos 90. Além disso, será uma eleição muito importante para a governabilidade desta nação, sobretudo para a FMLN, que vai tentar conquistar a maioria no legislativo que perdeu no pleito de 2012. De qualquer forma, o mais provável é que nenhum partido obtenha a maioria simples na Assembleia Legislativa depois de 1º de março de 2015. Com Arena e FMLN empatadas, a balança

"Também são decisivos para a governabilidade o pleito legislativo de 7 de junho no México"

da governabilidade voltará a ficar nas mãos dos partidos pequenos, GANA e PCN, que por sua vez lutarão entre eles para conquistar o terceiro lugar, essencial para obter maiorias no legislativo. Nessa disputa, a Grande Aliança Nacional (GANA) parte como favorita contra a Concertação Nacional (PCN), já que possui fortes lideranças locais e um grande trabalho territorial por todo o país há vários anos.

As legislativas no México

Também são decisivos para a governabilidade o pleito legislativo de 7 de junho no México. Há poucos meses, o governo de Enrique Peña Nieto e o PRI encaravam esta eleição com claro favoritismo para conseguir, sozinho, a maioria absoluta. No entanto, os fatos dos últimos meses de 2014 turvaram esse panorama tão propício: os massacres de Tlatlaya, o de Iguala ou escândalos como o da chamada "Casa Branca" adquirida pela esposa de Peña Nieto. Fatos que lançaram à luz o mal-estar popular e que pegaram o governo na contramão e sem capacidade, ainda, de dar uma resposta efetiva que convença os cidadãos.

Assim, o governo e o partido oficial, o PRI, chegam fragilizados por várias frentes nestas eleições:

- Do lado político por causa das questões nas quais se viram envolvidos a esposa do presidente e o ministro da Fazenda e braço direito dele, Luis Videgaray, por outro. Estes problemas se uniram à indignação nacional - e internacional - pelo ocorrido em Iguala. O governo deu a sensação de demorar a reagir e, quando o fez, não foi com medidas que tenham sido muito convincentes para os cidadãos.

  Como afirma o escritor e analista Jorge Castañeda no jornal Milênio, "se suscitou a crise política... que se resume em três tempos: Tlatlaya em junho, Ayotzinapa em setembro, e a "casa branca" em novembro. Cada um destes fatos desencadeou movimentos, críticas e protestos no México e fora (entre estudantes, a comentocracia e grupos radicais de distintas partes do país). Provocou críticas cada vez mais severas e de diversas fontes, de esquerda e de direita, da sociedade civil e do empresariado. Também gerou uma dupla confissão tácita do governo de Peña Nieto: subestimaram a gravidade de ter dado por feita a vigência de um estado de direito no México e a redundância de reformas nessa matéria; e ao propor reformas dissonantes em matéria de segurança e justiça, reconheceram que não o tinham feito".

- Outra frente de fraqueza para o governo de Peña Nieto é a economia. A conjuntura econômica na região mudou e vai seguir assim, obstaculizando o grande objetivo perseguido pela administração: o arrefecimento vai impedir, a curto prazo, que os benefícios das reformas se traduzam em um maior e mais rápido crescimento econômico. A situação econômica é delicada

"O governo terá pela frente eleições legislativas que podem canalizar certo "voto de castigo" e deixá-lo muito enfraquecido para o próximo triênio"

como é a financeira, levando em conta as próximas altas das taxas de juros do Federal Reserve dos EUA, a desvalorização do peso e que durante o segundo semestre de 2014 o preço do petróleo caiu em torno de 50%.

O governo, que perdeu muita de sua credibilidade e com uma economia que não consegue alavancar, terá pela frente eleições legislativas que podem canalizar certo "voto de castigo" e deixá-lo muito enfraquecido para o próximo triênio. Três anos essenciais para culminar o processo de reformas iniciado em 2012 e que, apoiado no Pacto pelo México, foram cobertos no período 2012-14.

O círculo virtuoso que o governo esperava não vai acontecer. Um círculo virtuoso que começava pela aprovação das reformas estruturais as quais iam dinamizar a economia e atrair investimentos estrangeiros; tudo o que teria impulsionado os níveis de crescimento e bem-estar geral. Como assinala Jorge Castañeda, há sinais de um "enfraquecimento extremo da presidência e do governo em seu conjunto com quatro anos pela frente. Este processo não parece ter fim, já que nenhum dos fatos que poderiam levar para cima esta dinâmica soa viável. Os remédios evidentes parecem remotos. A economia não vai conseguir elevados níveis de crescimento no ano entrante. O desabamento do preço do petróleo e a alta das taxas de juros nos Estados Unidos gerarão turbulências financeiras controlaveis, mas incômodas. A popularidade do Presidente, de seu governo e de seu partido dificilmente remontará aos níveis anteriores, nunca muito elevados. As reformas surtirão efeitos paulatinos e parciais, umas mais que outras, mas nenhuma de modo espetacular. Também não há novas reformas no horizonte porque essas sim representariam rupturas muito mais profundas com o passado. Uma mudança quase total do governo ou eleições antecipadas —o que costumam fazer os Chefes de governo ou de Estado de países com regimes parlamentares ou híbridos— não está na agenda nem no DNA do presidente Peña Nieto".

Se o governo e o PRI tiveram esses problemas, não foram menores os do partido da esquerda, o PRD, cujo prefeito e governador está relacionado com os fatos de Iguala em Guerrero.

A importância deste pleito está em que um tropeço do PRI deixaria Peña Nieto ferido politicamente para seguir aplicando as reformas que vem impulsionando desde 2012, quando ainda restam três anos de governo.

Além disso, estas eleições legislativas no México podem

"As eleições legislativas do final de 2015 se apresentam como a grande oportunidade de a oposição, a Mesa de União Nacional (MUD), tentar derrotar o chavismo"

dilucidar o resultado de uma guerra dentro da esquerda: entre PRD e MORENA, movimento liderado por Andrés Manuel López Obrador. Quem sair vitorioso ficará muito bem situado para as eleições presidenciais de 2018. Como assinala o analista Leo Zuckerman no jornal Excelsior, "o cenário ideal para López Obrador é que seu partido consiga uma maior porcentagem que a do PRD. Isso gerará uma debandada de perredistas para o Morena e transformará López Obrador, de novo, no líder indiscutível da esquerda mexicana. A notícia é que existe uma grande possibilidade de o Morena efetivamente superar o PRD nas eleições do ano que se inicia. Isso é o que revela a pesquisa que ontem foi publicada pelo jornal Reforma".

Venezuela, a maioria chavista em perigo

Outra maioria que corre perigo é a do chavismo na Assembleia Nacional venezuelana. As eleições legislativas do final de 2015 se apresentam como a grande oportunidade de a oposição, a Mesa de União Nacional (MUD), tentar derrotar o chavismo e conquistar a maioria no legislativo. E isso porque a popularidade de Nicolás Maduro sofreu uma considerável deterioração nestes meses passados e porque a situação econômica piorou fortemente e, muito possivelmente, continuará assim ao longo de 2015.

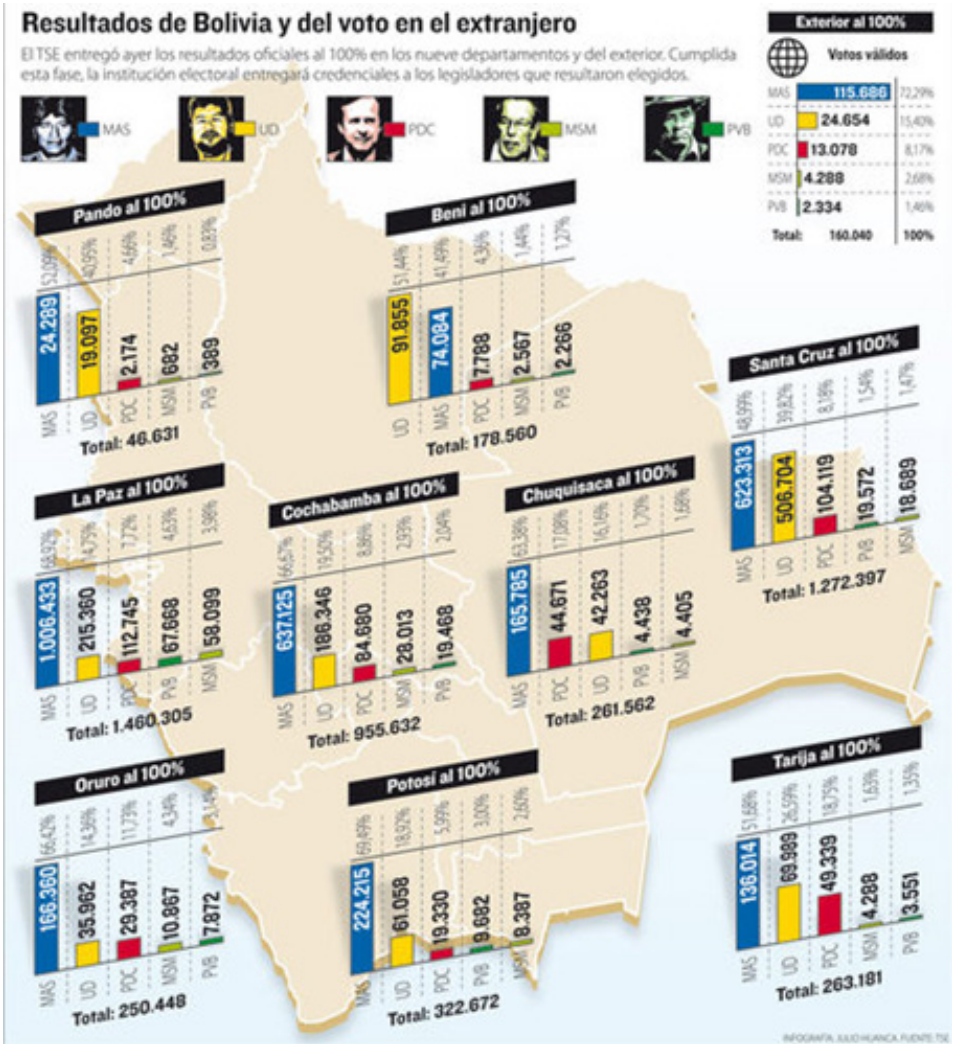
Para ganhar terreno (ou pelo menos não perdê-lo), o governo de Maduro não vai realizar neste 2015 o ajuste profundo que a economia venezuelana precisa. Uma economia ritmada por uma inflação próxima de 60% e uma queda do preço do petróleo que situou o barril de petróleo no final de 2014 abaixo dos 60 dólares. Tudo pede um ajuste, já que, como aponta o analista José Guerra, "sem um ajuste cambial e sem aumentar o preço da gasolina, é impossível fechar a brecha fiscal. Teriam que ser extraídos muitos recursos da economia através de impostos, e isso aprofundaria a recessão. Dito isto, é preciso afirmar que as leis aprovadas recentemente com o mecanismo habilitante são uma mostra de contradição... Não conheço nenhum governo que em um ano eleitoral como 2015 corte despesas".

O regime vai fazer um grande esforço para ganhar as eleições de 2015 porque, além de eludir o ajuste, desenterrou "o machado de guerra" com os EUA, e a mobilização do voto será muito intensa. "Para que a Venezuela siga em paz e democracia, necessitamos uma grande vitória eleitoral nas eleições parlamentares de 2015", declarou Maduro. Trata-se de eleições vitais para o próprio presidente, porque perder a maioria no legislativo o deixaria ferido politicamente. Fragilizado frente à oposição e diante das facções que formam o chavismo: já não poderia se beneficiar da concessão de poderes extraordinários via leis habilitantes, e o grau de fiscalização ao qual seria submetido aumentaria consideravelmente.

A oposição também não vive seu melhor momento. Há diferentes

"Bolívia, Colômbia, El Salvador e Uruguai realizam eleições locais em escala departamental ou municipal nas quais está em jogo quem vai governar em cidades tão importantes como Bogotá, Montevidéu e La Paz"

tendências internas (os partidários de Henrique Capriles e os seguidores de Leopoldo López), e seus líderes estão presos (Leopoldo López) ou perseguidos (María Corina Machado). No entanto, por enquanto, decidiram se manter coesos para encarar eleições que podem deixar o chavismo em minoria, algo que desde 1999 não ocorre. A oposição venezuelana selou um acordo-base para dar continuidade a sua plataforma e permanecer unida para as eleições legislativas de 2015. Representantes dos 25 partidos e movimentos que integram a Mesa da Unidade Democrática alcançaram um acordo para seguir apostando neste mecanismo, após um ano de 2014 de fortes conflitos internos, incluindo a mudança na direção desta coalizão. Esse acordo-base contém sete pontos nos quais são ratificados a unidade baseada no consenso, o fim de projetos internos, um pacto de não agressão e situam o chavismo como rival comum a derrotar nas urnas. A oposição é ciente de que só unida pode derrotar o atual governo, sobretudo levando em conta que em 2010 esteve muito perto do triunfo quando os candidatos da aliança opositora obtiveram 47% dos votos e ficaram muito perto do PSUV, que recebeu 48,5%. E só graças a uma lei eleitoral que sobrerrepresenta as maiorias, o chavismo pôde obter, com esses 48,5% dos votos, 59% das cadeiras no legislativo.



Fonte: jornal La Razón

4. AS ELEIÇÕES LOCAIS

Bolívia, Colômbia, El Salvador e Uruguai realizam eleições locais em escala departamental ou municipal nas quais está em jogo quem vai governar em cidades tão importantes como Bogotá, Montevidéu e La Paz.

Eleições na Bolívia

As eleições locais na Bolívia vão ser um teste para comprovar se o predomínio do MAS em escala nacional tem relação no âmbito local. O MAS triunfou em todos os departamentos do país, exceto Beni, nas últimas eleições presidenciais de 12 de outubro de 2014. Inclusive venceu no tradicionalmente opositor departamento de Santa Cruz.

"O presidente Evo Morales promoveu para esta eleição amplas alianças para passar a governar os 9 departamentos que compõem o país"

Agora o presidente Evo Morales quer transferir esse resultado conseguido em escala nacional ao pleito local. "Temos cinco anos para trabalhar. Eu tenho muita esperança e, nessa linha, tomara que ganhemos todos os governos departamentais. Sempre o desejo é otimista, queremos ganhar todos os governos departamentais", disse Morales ao ser reeleito para o período 2015-2020.

O Governo vai ter pela frente nesta eleição uma oposição muito fragmentada (mais de 150 forças, entre partidos nacionais e movimentos locais) e dividida em poucos partidos com estrutura verdadeiramente de alcance nacional, sendo a maioria das legendas de caráter regional. No pleito serão eleitos governadores, deputados das assembleias departamentais, prefeitos, vereadores, governadores e corregedores no departamento de Beni, executivos seccionais de desenvolvimento no departamento de Tarija e deputados da assembleia regional para a Região do Chaco. Além disso, caso ocorra segundo turno na eleição para governadores, este será realizada em 3 de maio de 2015.

O presidente Evo Morales promoveu para esta eleição amplas alianças para passar a governar os 9 departamentos que compõem o país (em 2010, ganhou em 5 deles e, desde 2011, governa em 6). Seu foco está voltado em Beni, Tarija, Pando e Santa Cruz, departamentos que na década passada compunham a "Meia Lua" e serviam de oposição ao predomínio do Governo. Em La Paz, Oruro, Potosí, Chuquisaca e Cochabamba, o MAS de Morales continua sendo imbatível. O masismo controla essas administrações e, além disso, governa em Pando aliado com Luis Flores e Tarija, após a suspensão do anterior governador opositor, Mario Cossío, processado por corrupção.

A oposição, especialmente a aliança que era formada por União Nacional e Movimento Democrata Social (ambos integrados na Unidade Democrática, UD), e o Partido Democrata Cristão (PDC) disputam seu futuro e até sua sobrevivência política. No entanto, como tal, a UD, que foi a segunda força mais votada nas eleições presidenciais de outubro de 2014 e que reunia a União Nacional e o Democratas, deixou de existir. Seu principal líder, o empresário Samuel Doria Medina, confirmou que o acordo que assinou com o Movimento Democrata Social (Democratas) não tem validade para as eleições subnacionais de 2015 e que só haverá ações coordenadas entre as duas legendas para as eleições, às quais, de fato, irão divididas. Como afirma o jornal boliviano La Razón, "com os dois terços da ALP (Assembleia) controlados pelo Movimento Ao Socialismo (MAS), a oposição com representação parlamentar não tem possibilidades de contrapeso no cenário nacional, por isso deverá tentar conseguir espaços de poder municipal e departamental para se reproduzir e ter vigência nas eleições de 2019". A força de Doria Medina diversificou seus acordos com outros grupos em cinco departamentos e com o ex-governador de Santa Cruz, Rubén Costas, não haverá uma aliança global, mas acordos pontuais.

"Existe um consenso nos círculos acadêmicos em torno de que estas eleições são mais importantes para a oposição do que para o governo"

Existe um consenso nos círculos acadêmicos em torno de que estas eleições são mais importantes para a oposição do que para o governo. O analista político Marcelo Silva ressalta que "as eleições subnacionais vão marcar para a oposição sua possibilidade de sobrevivência, já nem sequer uma possibilidade de competir por espaços políticos". E a socióloga María Teresa Zegada acredita que, "no fundo, está em jogo o acúmulo que eles possam ter em termos nacionais para continuar sua presença no cenário político, seu não desaparecimento... está se jogando a possibilidade de ter uma voz".

No âmbito municipal, o MAS governa atualmente na maioria das cidades do país, em 228 dos 337 municípios, mas em 2010 o masismo perdeu em cidades muito emblemáticas como La Paz, Santa Cruz e Trinidad e só triunfou em três capitais departamentais: Cochabamba, Cobija e El Alto.

Eleições no Uruguai

No Uruguai, a batalha vai estar centrada em comprovar se o avanço da Frente Ampla nos departamentos do interior nas últimas eleições presidenciais se consolidará no pleito local e em ver quem será o prefeito de Montevidéu, o grande reduto da coalizão. A esquerda é favorita para continuar no poder na capital da República, mas os dois setores nos quais está dividido o partido mantêm uma queda de braço interna. Uma disputa que, além disso, pode ter consequências em escala nacional, pois o próximo presidente, Tabaré Vázquez, está mais próximo dos grupos da esquerda moderada do que dos situados mais à esquerda, que José Mujica lidera.

Assim, duas grandes coalizões dentro da Frente Ampla batalham para colocar seu candidato na prefeitura de Montevidéu. A Frente Líber Seregni, de centro-esquerda (formada por Assembleia Uruguai, Novo Espaço e Aliança Progressista), que é liderada pelo vice-presidente Danilo Astori, apoia a candidatura do socialista Daniel Martínez. As forças mais à esquerda se inclinam pela senadora Lucía Topolansky (esposa de Mujica), que é apoiada pelo "Grupo dos oito" (MPP, Partido Comunista e a lista 711 do vice-presidente eleito, Raúl Sendic, entre outros). É tal a divisão no Governo que o plenário da Frente Ampla decidiu permitir a existência de várias candidaturas por departamento para as eleições municipais de maio.

Para a oposição, e concretamente para o líder do Partido Nacional ("brancos"), Luis Lacalle Pou, as eleições departamentais de maio de 2015 são contempladas como uma forma de consolidação de sua liderança com vistas às próximas eleições presidenciais, em outubro de 2019. Para este pleito, e para ter mais opções de tirar Montevidéu da Frente Ampla, nasceu o Partido da Concertação, uma força instrumental —aliança conjuntural— que reúne brancos e colorados. Esta coalizão pretende se aproveitar da paulatina perda de votos da Frente Ampla no pleito munici-

pal desde 2000: naquele ano, a esquerda recebeu 56,36%, que subiu em 2005 para 58,47%, e caiu para 45,9% em 2010.

Eleições locais em El Salvador e Colômbia

Além de Bolívia e Uruguai, haverá eleições locais em El Salvador (as quais acontecerão junto com as legislativas), Paraguai e Colômbia.

No caso salvadorenho, o empate que existe entre FMLN e Arena nas eleições legislativas não se repete na disputa pelo município de San Salvador, onde está centrada toda a expectativa e grande parte do interesse político. Lá existe uma clara vantagem de Najib Bukele, da FMLN, sobre Edwin Zamora, da Arena. A pesquisa do CID Gallup sobre esta disputa eleitoral na capital mostra que Bukele tem vantagem de 18 pontos sobre Zamora. Entre os eleitores, 43% optariam por Bukele, atual prefeito de Nuevo Cuscatlán e agora candidato à prefeitura de San Salvador, seguido por Zamora, com 25%.

Se em El Salvador todas as atenções vão estar voltadas a quem conquistar a capital, o mesmo ocorrerá na Colômbia. Bogotá é governada desde 2004 pela esquerda, que transformou a cidade em seu reduto eleitoral, mas ao mesmo tempo os escândalos de corrupção durante a gestão de Samuel Moreno (2007-2011) e os problemas de governabilidade que afetaram Gustavo Petro (2012-15) fazem que essa esquerda chegue desgastada, embora com uma carta potente na manga: Clara López. Ela, que já foi prefeita quando Moreno perdeu o cargo por corrupção, lidera as intenções de voto com 25% e tem a seu favor o bom papel nas presidenciais de 2014, nas quais reuniu quase dois milhões de votos (15%).

“Se em El Salvador todas as atenções vão estar voltadas a quem conquistar a capital, o mesmo ocorrerá na Colômbia”

Esses problemas internos na esquerda colombiana são os que o uribismo vai tentar aproveitar, após seu candidato ter sido o mais votado no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, forçar o segundo turno e receber 45% nesta etapa de votação, para agora passar a ocupar posições de poder. Assim, aumentou a aposta para ganhar em Bogotá, já que seu candidato a prefeito será Francisco "Pacho" Santos, ex-vice-presidente com Uribe e primo do atual presidente da República. O governo, antiuribista, aposta em Rafael Pardo, do Partido Liberal, que foi ministro do Trabalho no primeiro governo Santos.

Como aponta a revista colombiana Semana, "a Prefeitura Maior de Bogotá é tradicionalmente a joia da coroa das eleições locais. Nos últimos 12 anos, esse tesouro ficou nas mãos da esquerda —duas vezes com o Polo Democrático e uma com o movimento Progressista—. Em 2015, a queda de braço pelo Palácio Liévano servirá não só para medir a vitalidade da esquerda colombiana, mas também para definir se a capital escolherá um novo modelo de governo. Embora Clara López tenha uma clara vantagem sobre todos os outros candidatos nas pesquisas atuais, está para ser definido se os bogotanos, após dois desastrosos governos da esquerda, estão dispos-

tos a dar um aval a uma pessoa da mesma ideologia".

Outro dos cenários mais interessantes da disputa eleitoral ocorrerá no departamento de Antioquia. O governo será um dos principais alvos políticos das legendas que vão concorrer. O governo deste departamento é visto como um trampolim para a candidatura presidencial em 2018. Lá concorrem uribismo e antiuribismo (a União Nacional do presidente Juan Manuel Santos) e também a figura do atual governador Sergio Fajardo. Uma vitória do candidato de Fajardo colocaria este como possível presidenciável em 2018.

"Para muitos analistas, as eleições locais são uma espécie de 'terceiro turno' após os dois do pleito presidencial de 2014"

Para muitos analistas, as eleições locais são uma espécie de "terceiro turno" após os dois do pleito presidencial de 2014. "Os uribistas tentarão reafirmar essa hegemonia ao ganhar uma boa porcentagem de prefeituras e governos. Do número de candidatos competitivos que o partido de Uribe conseguir recrutar e da capacidade de 'nacionalizar' as campanhas locais dependerá, em grande parte, o balanço final da oposição. Os três partidos da coalizão da União Nacional —Liberal, La U e Mudança Radical— já decidiram marchar com aspirações únicas nas áreas de conjunto de raízes uribistas para resistir à força opositora. Depois do Congresso e da presidência, o pleito regional de outubro constituirá um 'terceiro turno' no qual se enfrentarão as forças santistas contra as hostes de Uribe. Pela primeira vez, nenhum dos dois dirigentes estará na cédula", afirma a revista Semana.

5. CONCLUSÕES

Só aparentemente 2015 vai ser um ano eleitoralmente mais tranquilo do que 2014. É certo que só há duas eleições presidenciais (contra 7 no ano passado), mas os pleitos presidenciais que vão acontecer são muito significativos, e nos de caráter legislativo e local há muito em jogo.

A Argentina pode marcar para a região o início real da mudança de ciclo político se houver uma vitória opositora: do antikirchnerismo encarnado por Sergio Massa ou Mauricio Macri. Inclusive uma vitória do governo kirchnerista (especialmente se Daniel Scioli for o candidato do atual governo) marcaria uma grande mudança, pois nem por vontade, nem por inclinação ideológica, Scioli —muito mais moderado— pode se equiparar a Cristina Kirchner. Até agora, na região, vieram se consolidando os partidos governistas (em 2014 houve 5 triunfos de partidos no poder em 7 eleições). Mas, em 2015, essa tendência pode mudar ao fio da nova conjuntura econômica. Como consequência do arrefecimento e menor crescimento, o voto pode começar a pender pela mudança e castigar os governos que não saibam, ou não possam, lidar com o fim do vento de popa do qual a América Latina aproveitava até 2013.

Além disso, há muito em jogo nas eleições que não são presidenciais: a maioria de Nicolás Maduro no legislativo venezuelano, após 15 anos de predomino chavista, o futuro da agenda reformista de Enrique Peña Nieto no México, a

conquista de cidades importantes como Bogotá, San Salvador e Montevidéu ou a confirmação do predomínio hegemônico do MAS na Bolívia também em escala local.

Também será um ano pré-eleitoral em dois países, Peru e República Dominicana. Tudo indica que Leonel Fernández é o escolhido para voltar à poltrona presidencial do país caribenho após ter sido Chefe de Estado em 1996-2000, entre 2004 e 2012 e ter conseguido que seu partido continue no poder em 2012-2016 com Danilo Medina como presidente.

Não tão claras estão as coisas no Peru. Keiko Fujimori segue na frente nas pesquisas, mas com um teto eleitoral que não é capaz de romper (de 30%). Atrás dela estão Alan García, que pretende ser presidente pela terceira vez em sua carreira (1985-1990/2006-2011) e Pedro Pablo Kuczynski, o homem que busca aglutinar o voto da centro-direita. E, acima de todos eles, a figura do atual ministro do Interior de Ollanta Humala, Daniel Urresti, cuja popularidade e capacidade midiática o transformaram em uma figura a ter muito em conta, sobretudo se for capaz de manter sua atual popularidade.

No entanto, o eleitorado peruano —frustrado como está com sua atual representação política e pouca liderança dos partidos políticos— está à espera de um outsider que surpreenda a cena política com uma proposta nova, audaz e enérgica para combater a insegurança popular e lhe dar mais conteúdo de igualdade e oportunidade de crescimento econômico para todos; serviços públicos que funcionem eficientemente e sejam de acesso geral; e uma política de fortalecimento institucional do sistema de justiça e fiscalização que encare de frente a corrupção.

Por ora, as recentes eleições regionais e municipais —25 regiões e mais de 2 mil Prefeituras provinciais e distritais— de outubro de 2014 pôs novas autoridades à frente de grandes desafios regionais para melhorar a infraestrutura e os serviços de saúde, educação, conectividade, saneamento e segurança popular local. As expectativas de a população em relação a esta nova gestão são grandes, ainda mais quando se percebe muita incerteza e incredulidade por parte do povo, que já não confia em suas autoridades.

“As expectativas de a população em relação a esta nova gestão são grandes, ainda mais quando se percebe muita incerteza e incredulidade por parte do povo, que já não confia em suas autoridades”

LLORENTE & CUENCA

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com **17 sócios** e **330 profissionais** que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala **espanhol** e **português**.

Atualmente, possui escritórios próprios na **Argentina**, **Brasil**, **Colômbia**, **Chile**, **Equador**, **Espanha**, **México**, **Panamá**, **Peru**, **Portugal** e **República Dominicana**. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos **Estados Unidos**, **Bolívia**, **Paraguai**, **Uruguai** e **Venezuel**

Seu **desenvolvimento internacional** levou a LLORENTE & CUENCA a ocupar, em 2014, a posição 55.ª do Ranking Global das **empresas de comunicação mais importantes do mundo**, produzido anualmente pela publicação The Holmes Report.

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castillero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 — planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Carlos Matos
Sócio e Diretor Geral
carlos.matos@imago.pt

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: + 351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B — of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 — PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Río de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 — sala 1801
Rio de Janeiro — RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

Juan Carlos Gozzer
Diretor Geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111,
Cerqueira César
CEP 01426-001 São Paulo SP (Brasil)
Tel. +55 11 3082 3390

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Avda. Vitacura 2939 Piso 10. Las Condes
Santiago de Chile (Chile)
Tel.: +56 2 24315441

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com

Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975

Site corporativa
www.llorenteycuenca.com

Revista UNO
www.revista-uno.com.br

YouTube
www.youtube.com/LLORENTEYCUENCA

Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca

Centro de Ideias
www.dmasillorenteycuenca.com

Twitter
http://twitter.com/llorenteycuenca

LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-&-cuenca

Slideshare
www.slideshare.net/LLORENTEYCUENCA

A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA